

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.005 - RJ (2019/0128378-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LUCINEIDE SANTOS ALMEIDA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO : MARIA CRIZONEIDE BARBOSA DE LIMA
AGRAVADO : IRENI MORAIS BELO
AGRAVADO : ELIR SAMUEL
ADVOGADOS : ÚRSULA FERREIRA CARDOSO THEOTONIO - RJ105327
LEANDRO GONÇALVES DA COSTA - RJ111435
INTERES. : WASHINGTON LUIZ SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por LUCINEIDE SANTOS ALMEIDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

POSSESSÓRIA - RECONVENÇÃO COM PEDIDO DE USUCAPIÃO - OCUPAÇÃO LONGA E PROVADA MAS AUSENTE A DEMONSTRAÇÃO DE ANIMUS DOMINI POSSE DOS AUTORES AMPARADA EM JUSTO TÍTULO - IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO POLO ATIVO DA POSSESSÓRIA PORQUE POSTERIOR Á CITAÇÃO - DESPROVIMENTO DE AMBAS AS APELAÇÕES

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022, II, do CPC, no que concerne à omissão acerca das teses levantadas pela recorrente, trazendo os seguintes argumentos:

Notório, portanto, que ao não se manifestar acerca da violação dos dispositivos de Lei Federal pertinentes ao caso em tela o v. Acórdão violou o disposto no art. 1.022, II, do Novo Código de Processo Civil (fl. 349).

Evidencia-se, deste modo, a existência de omissão do Tribunal a quo, por não julgar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador, trazidas ao longo do processo e ressaltadas neste Recurso Especial, incidindo nos exatos termos do art. 1.022, II, do Novo Código de Processo Civil - "for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal" -, o que enseja a anulação do v. Acórdão recorrido para que outro seja proferido em seu lugar, manifestando-se, claramente sobre tais matérias (fl. 350).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 17 do CPC, 1.196 e 1.210, ambos do CC, no que concerne à legitimidade da recorrente para figurar no polo ativo da ação, trazendo os seguintes argumentos:

A ora Recorrente é companheira do autor da ação, e sempre residiu com ele no imóvel objeto da lide, sendo, assim como ele, legítima possuidora, e, portanto, legitimada para figurar no polo ativo da ação de reintegração de posse.

Verifica-se que o i. Magistrado de piso, ao considerar que a ora Recorrente não estava nos autos no momento da propositura da ação, levou em consideração apenas a notificação de fls. 34 do index. eletrônico, realizada em nome do primeiro autor. No entanto, ignorou todos os demais, em que o nome da Recorrente está presente com o nome do autor, inclusive, no registro de promessa compra e venda, in verbis (...) (fl. 350).

A posse consiste no poder de dispor fisicamente da coisa com a intenção de dono, comportando-se o possuidor em relação a ela como proprietário, sendo indiscutível que a Recorrente, também possui justo título, não resta dúvidas de que detém a posse direta do imóvel em conjunto com o seu companheiro.

Diante dos fatos narrados e amplamente comprovados durante o trâmite processual, conclui-se que a ausência do nome da Recorrente, na notificação, não descaracteriza a sua situação de proprietária possuidora, havendo, portanto, legitimidade para propor a ação (fl. 351).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”), uma vez que a parte recorrente alega, genericamente, a existência de violação do art. 1.022 do CPC de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem, contudo, demonstrar especificamente quais os vícios do aresto vergastado e/ou a sua relevância para a solução da controvérsia.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu no sentido de que “é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia

apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.664.349/MG, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 15/2/2019; AgInt no REsp n. 1.247.725/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 8/2/2019; AgInt no REsp n. 1.157.185/MT, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 10/4/2018; AgInt no AREsp n. 510.571/PE, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2016; EDcl no AgRg no REsp n. 1.108.053/RS, relator Ministro Reynaldo Soares Da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 12/8/2015.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ademais, no que tange aos arts. 1.196 e 1.210 do CC, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de

que “a argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente